



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

14/06/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Governo quer fazer revisão da reforma trabalhista ainda este ano, diz Luiz Marinho

O governo Lula (PT) trabalha para formular um projeto de revisão da reforma trabalhista ainda em 2023. É o que disse o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, que está em Genebra (Suíça) para participar da Conferência Internacional do Trabalho.

Por anos, a relação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) com os governos de Jair Bolsonaro e Michel Temer foi de tensão, mas o novo governo pretende adotar uma nova postura no relacionamento com órgão.

Em entrevista ao UOL, Luiz Marinho classificou a reforma de “trágica” e destacou que o governo está incentivando empregadores e trabalhadores a dialogar para encontrar uma proposta.

Marinho acredita que se houver essa convergência – entre trabalhadores e empresários – será mais fácil que o Congresso Nacional examine a questão.

“A questão da terceirização foi feita de forma muito abrangente. E levando a um processo trágico para as relações de trabalho, especialmente no campo. Ele também levou a um processo de subcontratações, chegando ao trabalho análogo à escravidão. Essa ferramenta atrapalhou demais a qualidade dos contratos, das relações de trabalho no Brasil. Se houver entendimento das partes, pode facilitar para que a revisão possa tramitar. Tranquilo nunca será.”, avalia.

Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 14 de junho.

Aposentados podem ter direito de manter plano de saúde da empresa

Trabalhadores que pagaram parte do plano de saúde da empresa têm direito de manter o benefício ao se aposentar. A regra, que está na lei 9.656, de 1998, é válida também para os profissionais demitidos, mesmo que não sejam aposentados. O convênio pode ser estendido ao cidadão e seus familiares.

Advogados especializados em saúde e direito do consumidor ouvidos pela Folha detalham as regras do benefício. Segundo os especialistas, os aposentados precisam ficar atentos a seus direitos, cumprir o que determina a legislação e, se não tiverem o convênio médico estendido após a aposentadoria, entrar com ação na Justiça.

Giselle Tapai, especialista em direito do consumidor com foco em saúde e sócia do Tapai Advogados, diz que a lei garante a manutenção do convênio que o trabalhador usufruía na empresa em caso de demissão sem justa causa ou aposentadoria, desde que o profissional tenha contribuído com parte da mensalidade.

"Ou seja, esse direito não se aplica para os planos de saúde que são pagos integralmente pela empresa aos seus empregados", diz ela.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 14 de junho.

Trabalhador quer se aposentar antes dos 60, mas não sabe se manterá padrão de vida, diz estudo

Ao mesmo tempo em que a expectativa de vida aumenta no mundo, cresce o desejo de se aposentar antes dos 60 anos, segundo relatório publicado pelo Fórum Econômico Mundial em parceria com a consultoria Mercer.

Levantamento feito pelos responsáveis pelo estudo com cerca de 400 pessoas mostrou que, entre aqueles com menos de 40 anos, 44% gostariam de parar de trabalhar até os 60 anos ou antes, a despeito do aumento da expectativa de vida e do baixo nível de reservas financeiras acumuladas para a etapa da aposentadoria.

Ainda de acordo com a pesquisa, 55% dos participantes disseram que não guardaram o suficiente ou não sabem se terão o necessário para manter o padrão de vida no momento da aposentadoria.

"Isso mostra uma desconexão significativa entre o que as pessoas desejam idealmente e o que pode acontecer na realidade. Na prática, deixar de trabalhar nessa idade precoce irá exacerbar a lacuna na poupança e na meta de renda na aposentadoria", diz o relatório, que destaca que a intenção da aposentadoria até os 60 anos também pode ser prejudicial em termos macroeconômicos, ao reduzir a força de trabalho disponível no mercado.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 14 de junho.

Haddad diz que prorrogar desoneração da folha viola Constituição e defende adiar discussão

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta terça-feira (13) que a prorrogação da desoneração da folha viola dispositivos da Constituição e defendeu que o tema seja discutido de forma mais ampla na segunda fase da reforma tributária, que o governo espera tratar no segundo semestre deste ano.

A medida foi aprovada na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) no Senado na manhã desta terça, em um revés para a equipe econômica. O texto ainda precisa passar pela votação de emendas na comissão e também pela Câmara dos Deputados. O impacto potencial sobre as contas é de pelo menos R\$ 9,4 bilhões.

Parlamentares favoráveis à medida argumentam que ela é necessária para garantir a manutenção de empregos em setores que são intensivos em mão de obra. No formato atual, o benefício contempla 17 segmentos e tem duração garantida até 31 de dezembro de 2023. O projeto quer estender esse prazo até o fim de 2027.

"Nós vamos insistir que a oportunidade para essa discussão não é agora. É depois da reforma tributária, para que a gente possa se debruçar sobre isso. Já tem uma equipe trabalhando nisso internamente, e nós queremos fazer esse debate com o Congresso", disse o ministro.

"O próprio Congresso aprovou uma emenda constitucional dizendo que esse tipo de benefício tinha data para acabar [...] A decisão, na minha opinião, viola o dispositivo constitucional. O que nós vamos apresentar é uma outra forma. Nós estamos elaborando uma proposta para ser encaminhada no segundo semestre."

Segundo Haddad, este novo projeto só deve ser enviado após a promulgação da primeira fase da reforma, que trata dos tributos sobre consumo. A PEC (proposta de emenda à Constituição) está em discussão na Câmara e ainda precisa passar pelo Senado.

"Nós estamos honrando sempre a palavra empenhada", disse o ministro. "E eu estou pedindo essa confiança de que, depois da reforma tributária, nós vamos entrar na segunda fase da reforma, onde esses tributos que não foram tratados na primeira fase poderão ser redesenhados. Mas para isso precisa de tempo, precisa de técnica", acrescentou.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 14 de junho.

Preço da gasolina sobe R\$ 0,21 por litro com novo ICMS

O preço médio da gasolina nos postos brasileiros subiu 4%, ou R\$ 0,21 por litro na semana passada, segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis). A alta reflete a mudança no modelo de cobrança do ICMS sobre o combustível.

De acordo com a ANP, o litro do combustível foi vendido, em média, a R\$ 5,42, ante R\$ 5,21 da semana anterior. A alta interrompe um curto período de baixa com os repasses do corte promovido pela Petrobras em suas refinarias no dia 17 de maio.

Em vigor desde o dia 1º de junho, o novo modelo de cobrança do ICMS instituiu uma alíquota única nacional de R\$ 1,22 por litro, maior do que a média vigente até o fim de maio. Segundo a ANP, a mudança elevou o preço da gasolina em 20 estados e no Distrito Federal. Em quatro estados, houve queda.

A maior alta foi sentida por consumidores de Pernambuco, de R\$ 0,48 por litro, em média. Em outros quatro estados, o aumento foi maior do que R\$ 0,30 por litro: Sergipe (R\$ 0,47), Rio Grande do Sul (R\$ 0,37), Amapá (R\$ 0,32) e Espírito Santo (R\$ 0,31).

O preço caiu no Amazonas (R\$ 0,02 por litro), no Ceará (R\$ 0,02), no Piauí (R\$ 0,03) e em Alagoas (R\$ 0,05) e ficou praticamente estável em Roraima e Tocantins. Em São Paulo, o aumento foi de R\$ 0,24 por litro, com o preço médio do combustível chegando a R\$ 5,31 por litro.

Com a gasolina em alta, o preço do etanol hidratado também voltou a subir, chegando a R\$ 3,80 por litro, em média, na semana passada. O valor é R\$ 0,03 por litro, superior ao verificado na semana anterior.

De acordo com a ANP, o preço do diesel caiu novamente, ainda sob efeito de cortes promovidos pela Petrobras em suas refinarias. Na semana passada, o litro do diesel S-10 saiu a R\$ 5,13, em média, R\$ 0,03 por litro a menos do que na semana anterior.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 14 de junho.